

Aumenta a participação dos títulos prefixados

Luciana Otoni
de Brasília

O estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPM-Fi) atingiu R\$ 737,3 bilhões em janeiro, com alta de 0,8% em relação a dezembro. O acréscimo de R\$ 5,851 bilhões decorreu da apropriação de juros e da depreciação cambial no montante de R\$ 1,4 bilhão. Em janeiro último, os resgates de títulos públicos somaram R\$ 27,3 bilhões contra emissões de R\$ 22,1 bilhões.

Do total das emissões realizadas em janeiro, 69,8% — o correspondente a R\$ 15,4 bilhões — representam colocação de títulos públicos prefixados. A oferta desse tipo de papel está relacionada à estratégia do governo de reduzir a parcela da dívida corrigida pelo câmbio, que em janeiro ficou em R\$ 155,07 bilhões, e também a parcela exposta à taxa básica (Selic), cujo saldo no último mês foi de R\$ 376,39 bilhões.

De acordo com a nota técnica da DPM-Fi divulgada conjuntamente ontem pelo Tesouro Nacional e Banco Central, a parcela formada por títulos prefixados passou de 12,51% em dezembro para 12,57%, fechando janeiro com estoque de R\$ 92,71 bilhões. A parte atrelada à Selic passou de 50,08% em dezembro para 51,05% em janeiro. A participação dos papéis corrigidos por índice de preços manteve-se em 13,55%, o equivalente a R\$ 99,89 bilhões.

Já a parcela exposta à variação cambial passou de 22,06% em dezembro para 21,03% em janeiro. "A razão dessa queda foi o resgate líquido de títulos que ocorreu ao longo de janeiro, da ordem de R\$ 9 bilhões. E posso antecipar que em fevereiro ficará em torno de 19%. Em fevereiro, o resgate líquido foi ainda mais expressivo, da ordem de R\$ 12,1 bilhões", informou o chefe do Departamento de Operações de Mercado Aberto do BC, Sérgio Goldenstein.

Do total dos títulos públicos fe-

derais emitidos em janeiro, as instituições nacionais foram responsáveis pela compra de 77,9% do total. O prazo médio do estoque da DPM-Fi permaneceu estável em 31,4 meses. No entanto, na parcela da dívida correspondente aos títulos prefixados o prazo médio de vencimento passou de 6,5 meses para 7,8 meses.

Curto prazo

A dívida de curto prazo a vencer em 12 meses teve seu estoque ampliado de 35,3% do total em dezembro para 35,5% em janeiro. Com o acréscimo de R\$ 4,5 bilhões, o saldo da dívida de curto prazo passou de R\$ 258,52 bilhões em dezembro para R\$ 263,06 bilhões em janeiro.

Conforme consta na nota técnica da DPM-Fi, o saldo líquido de financiamentos tomados pelo Banco Central com prazos de até um mês passou de R\$ 43,7 bilhões no fim de dezembro para R\$ 58 bilhões. O acréscimo deveu-se, principalmente, ao resgate líquido de títulos de R\$ 5,2 bilhões e a operações com o setor externo no montante de R\$ 7,4 bilhões.

No mercado secundário ocorreu uma redução de 15% no volume médio diário de operações realizadas entre instituições financeiras e clientes. A média diária das operações ficou em R\$ 9,1 bilhões num mês em que as operações com todos os títulos públicos federais, exceto os prefixados, registraram queda. Isoladamente, o volume médio diário das transações com papéis prefixados passou de R\$ 2,7 bilhões em dezembro para R\$ 2,9 bilhões em janeiro.

Câmara da BM&F

Na avaliação de Goldenstein, a entrada em funcionamento da Câmara de Ativos da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), prevista para o primeiro semestre deste ano, deverá impulsionar os negócios com títulos públicos federais no mercado secundário.